

Discurso proferido pelo Deputado  
Geraldo Resende (PMDB/MS) em  
Sessão no dia 15/04/2009.

## **REDUÇÃO NO FPM: É PRECISO SER FIRME PARA EVITAR O CAOS NAS CIDADES**

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Toda minha vida tive consciência de que são os municípios que fazem a Nação forte. Falo isso com a experiência de quem já atuou como vereador e pude compreender que as decisões tomadas por governos, em nível federal ou estadual refletem mesmo – positiva ou negativamente – na vida de quem mora nas cidades. E é o prefeito que tem que confrontar-se todos os dias com a alegria da decisão certa ou com a angústia e o sofrimento das pessoas por uma decisão equivocada, mesmo que ele não tenha responsabilidade direta por ela.

Neste momento de crise em que estamos vivendo não é o resultado de uma decisão tomada por este ou aquele governo. Ele é fruto de um descontrole na economia mundial que impõe sacrifícios a todos. No Brasil, se pudéssemos estabelecer



99B6B9F012

uma escala de dificuldades, certamente as prefeituras estariam entre os níveis mais altos de sofrimento e angústia.

Basta olhar os números oficiais, divulgados pelo próprio governo federal. De acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, os municípios brasileiros receberam nesta quinta-feira, 9 de abril, a quantia de R\$ 2 bilhões e 44 milhões. O valor é referente ao primeiro repasse de abril do Fundo de Participação de Municípios – R\$ 1 bilhão e 989 milhões – e ao repasse referente a dívidas ativas de 2008, R\$ 55,8 milhões. Nesta segunda-feira, municípios também deverão receber o crédito de R\$ 9,1 milhões referente a dívidas ativas do ano passado.

Somados os repasses extras, o FPM acumula no ano, em valores corrigidos, o equivalente a R\$ 11 bilhões e 528 milhões, valor 9,5% menor que o mesmo período do ano passado. Até o primeiro repasse de abril em 2008, com o valor do repasse extra de 19 de fevereiro de 2008 incluído, a transferência acumulava R\$ 12 bilhões e 739 milhões. Como parte dessa queda – 1,9% - é referente ao aumento da retenção do FUNDEB, a queda efetiva relacionada à crise econômica é de 7,6%.

A frieza dos números não é capaz de traduzir a angústia em que vivem as prefeituras, desde que essa realidade de redução das verbas do FPM passou a dominar o cenário nos municípios brasileiros. Obras estão paralisadas, empregos ameaçados, comércio estagnado, demissões assombrando os trabalhadores. Esse é o resultado mais verdadeiro da dura



combinação entre o descontrole da economia mundial e impotência dos governos municipais diante dos efeitos da crise.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, os repasses de abril devem ser maiores que os de março, em virtude do padrão sazonal do FPM observado nos últimos anos. Apesar dessa expectativa de crescimento, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, acredita que os repasses do FPM em 2009 sejam menores ou, no máximo, próximos ao patamar de 2008 em alguns meses. E no diagnóstico feito por ele, o período que mais preocupa a Confederação Nacional dos Municípios é o que vai de junho a outubro.

O governo federal, de forma precisa, decidiu agir em socorro dos prefeitos e vai liberar uma ajuda extra de R\$ 1 bilhão para os municípios, para compensar a queda na arrecadação. Os primeiros R\$ 500 milhões serão liberados assim que o projeto for aprovado aqui no Congresso.

A decisão vai beneficiar todos os municípios e o valor será repassado pelo mesmo critério do Fundo de Participação dos Municípios, ou seja: o município que teve perda de 10% vai receber o correspondente a 10% e assim por diante segundo informação repassada pelo ministério do Planejamento Paulo Bernardo.

É nosso papel estar ao lado do governo para aprovar com rapidez toda medida adotada para salvar os municípios. Devemos superar as diferenças políticas e



ideológicas e enxergar o sofrimento dos cidadãos brasileiros espalhados pelos mais de cinco mil municípios do país. Caso não façamos isso, a perspectiva é de que os prefeitos tenham que lidar com uma perda superior a R\$ 8 bilhões do Fundo de Participação de Municípios em 2009, comparando com o valor previsto na Lei Orçamentária Anual e utilizado pela maioria dos prefeitos nas suas projeções de receita.

Então, senhores, em defesa do cidadão brasileiro, em reconhecimento ao trabalho feito pelas prefeituras municipais, nós temos obrigação de juntos encontrar um caminho político que afaste para bem longe esse quadro dramático e que permita aos municípios retomar o rumo do crescimento e do desenvolvimento que todos desejamos.

Muito obrigado.

**GERALDO RESENDE**  
Deputado Federal PMDB/MS



99B6B9F012